

Clima quente na COP-28: Servidores da Área Ambiental intensificam cobrança a Lula

Durante Conferência da ONU, presidente declarou meta de desmatamento zero na Amazônia, mas a realidade interna é outra: mais de 10 anos de descaso com demandas estratégicas da área ambiental

Brasília, 05/12/23 - Em cartas endereçadas aos presidentes do Ibama e do ICMBio, mais de 1500 servidores da carreira de especialista em meio ambiente expressaram descontentamento com o governo do presidente Lula, evidenciando um clima de tensão exatamente no momento quem o Brasil participa da 28ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP-28), realizada nos Emirados Árabes Unidos.

Nas cartas, os servidores chamam atenção para o desafio de cumprir as ambiciosas metas climáticas que o governo vem firmando em acordos internacionais, especialmente em relação à redução das emissões por desmatamento, uma responsabilidade que cai diretamente sobre eles.

Eles criticam o baixo número de servidores, defasagem salarial e a alta rotatividade de pessoal, argumentando que tais condições impactam negativamente na capacidade das Autarquias em cumprir suas missões estratégicas e que a redução do desmatamento na Amazônia em mais de 49% em 2023 em comparação com 2022 só foi possível pelo esforço e comprometimento dos servidores da área ambiental.

No entanto, diante do que eles chamam de “deslealdade do atual governo”, os servidores informam que “é hora de ajustar o voluntarismo, engajamento e capacidade de combate para que a valorização da Carreira seja percebida como estratégica para o Brasil, não apenas uma demanda corporativista”.

Mencionando os dirigentes do IBAMA, ICMBio, Ministérios e o Presidente da República, os servidores advertem que a lentidão no processo de discussão sobre o fortalecimento das instituições e da negociação da reestruturação da carreira com o Ministério da Gestão e Inovação-MGI poderá impactar severamente a condução do combate ao desmatamento da Amazônia, indicando que a partir de agora deixarão de participar em ações externas, o que inclui operações de fiscalização na Amazônia e vistorias de licenciamento ambiental, e que irão focar em atividades burocráticas internas.

Este impasse entre servidores da área ambiental e o governo Lula ameaça não apenas à condução da política ambiental brasileira, como também coloca em xeque a imagem do Brasil no cenário internacional. A decisão dos servidores de priorizar atividades burocráticas em detrimento de ações de campo pode atrasar a emissão de licenças ambientais de grandes obras de infraestrutura e enfraquecer a presença do órgão em regiões onde a sua permanência é essencial, potencialmente revertendo os ganhos recentes na redução do desmatamento.

Essa tensão também poderá enfraquecer o posicionamento do país em futuras negociações climáticas e em importantes acordos comerciais com outros países. A necessidade de uma resolução rápida e satisfatória para ambas as partes torna-se, portanto, um imperativo para a economia, a sustentabilidade ambiental e a reputação internacional do Brasil.